

A “Teoria da Prática” — uma prática menos teorizada?*

José Luís Casanova**

Resumo: Trata-se de fazer uma incursão à obra de Pierre Bourdieu, com o objectivo de sondar eventuais impasses no que toca à sua produção teórica e ao desenvolvimento de processos metodológicos associados à elaboração do quadro conceptual que este autor propõe. Pretende-se, nomeadamente, referenciar tais impasses a uma crítica do teoricismo e do intelectualismo no trabalho sociológico.

Introdução

O trabalho de Pierre Bourdieu, sugestivo e polémico como muitos dos mais valiosos, constitui um contributo inegável para a prática e teoria sociológicas contemporâneas, contribuição essa averbada por múltiplos autores e que verifica um interesse crescente partilhado em vários países e diferentes quadrantes das ciências sociais.

É para esse trabalho que iremos, aqui, dirigir a atenção. Sobretudo enquanto pretexto. Não se trata, efectivamente, nem de sondar a sua obra como um todo, nem de a abordar como objecto exclusivo ou, sequer, central. A atenção será, mais propriamente, guiada por um objectivo que ultrapassa os conteúdos deste texto e que aponta, principalmente, para uma (re)avaliação, seguida de propostas de recondução e de renovação de virtualidades teóricas e analíticas de algum trabalho de conceptualização realizado por este autor - avaliação, recondução e renovação essas inseridas no contexto de algumas das actuais orientações das práticas sociológicas¹.

Tal desígnio exige, naturalmente, uma revisão prévia das especificidades teóricas e das particularidades históricas que corporizam e carac-

* Este texto tem como base o trabalho desenvolvido pelo autor no âmbito da Dissertação de Mestrado em Sociologia, pelo ISCTE em 1993.

** Assistente no Departamento de Sociologia do ISCTE. Investigador no CIES. Investigador no CET.

terizam essa mesma perspectiva, o que nos propomos, efectivamente, realizar no presente artigo.

Elementos da teoria da prática

O trabalho de P. Bourdieu assume um significado especial na «teoria da prática»², denominação global que o autor tem vindo a utilizar para o referenciar e da qual passamos a expôr alguns dos fundamentos.

À semelhança de outros esforços contemporâneos - salvaguardando, evidentemente, as devidas especificidades - a obra de Pierre Bourdieu representa um cometimento particularmente promissor na aspiração de criar um modelo teórico que possibilite entender, articuladamente, dimensões mais estruturais e outras mais directa e imediatamente visíveis das práticas sociais.

A teoria da prática é produzida, explicitamente, enquanto proposta de superação de impasses analíticos decorrentes de dualidades que estão presentes nas teorias sociais clássicas, tais como cultura/sociedade, estrutura/acção, holismo/individualismo e particularmente a do objectivismo/subjectivismo, dualidades estas associadas a paradigmas cuja história ainda recente apontava como aparentemente divergentes e irreduzíveis.

Trata-se, segundo Pierre Bourdieu, de entender a vida social enquanto produto das condições materiais e culturais, bem como das práticas e experiências colectivas e individuais. Este objectivo será atingido, na visão deste autor, desde que sejam ultrapassados quer um dos equívocos fundamentais na teoria da acção, que erroneamente “*faz do sentido objectivo das práticas ou das obras o fim subjectivo da acção dos produtores dessas práticas ou dessas obras, com seu impossível homo economicus submetendo suas decisões ao cálculo racional, seus actores executando papéis ou agindo conforme modelos, ou seus locutores escolhendo entre os fonemas*”³, quer algumas das limitações do objectivismo estruturalista, o qual “*por não construir a prática senão de maneira negativa, quer dizer, enquanto execução... está condenado ou a deixar na mesma a questão do princípio de produção das regularidades que ele se contenta então em registar, ou a reificar abstracções, por um paralogismo que consiste em tratar os objectos construídos pela ciência - a «cultura», as «estruturas», as «classes sociais», os «modos de produção», etc. - como realidades autónomas, dotadas de eficácia social e capazes de agir enquanto sujeitos responsáveis de acções históricas ou enquanto poder capaz de pressionar as práticas*”⁴.

A partir destas considerações, e no sentido de superar este problema, P. Bourdieu introduz um outro modo de conhecimento teórico⁵, que denomina de «praxeológico» e cujo objecto proposto não é “*somente o sistema das relações objectivas que o modo de conhecimento objectivista constrói, mas também as relações dialécticas entre essas estruturas objectivas e as disposições estruturadas nas quais elas se actualizam e que tendem a reproduzir, isto é, o duplo processo de interiorização da exterioridade e de exteriorização da interioridade: este conhecimento supõe uma ruptura com o modo de conhecimento objectivista, quer dizer, um questionamento das condições de possibilidade e, por aí, dos limites do ponto de vista objectivo e objectivante que apreende as práticas de fora, enquanto facto acabado, em lugar de construir seu princípio gerador situando-se no próprio movimento da sua efectivação*”⁶. É com base neste modo de conhecimento que Bourdieu irá conceber e elaborar a «teoria da prática».

Este projecto assenta numa noção particularmente inovadora e já suscitada na citação anterior: o *habitus*⁷. Pierre Bourdieu apresenta-a do seguinte modo: “*As estruturas constitutivas de um tipo particular de meio (as condições materiais de existência características de uma condição de classe), que podem ser apreendidas empiricamente sob a forma de regularidades associadas a um meio socialmente estruturado, produzem habitus, sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objectivamente reguladas e regulares sem ser o produto da obediência a regras, objectivamente adaptadas ao seu fim sem supôr a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e colectivamente orquestradas, sem ser o produto da acção organizadora de um regente*”⁸.

Mas as propostas mais pontuais de P. Bourdieu no âmbito da teoria da prática incluem ainda outros elementos conceptuais relevantes articulados ao de «*habitus*»: as noções de «capital» e de «campo», que apresentamos de seguida.

Numa aproximação a uma definição aprontada por Pierre Bourdieu, “*Capital é trabalho acumulado (nas suas formas materializada ou incorporada) o qual, quando apropriado numa base privada, i. e., exclusiva, por agentes ou grupos de agentes, permite-lhes apropriar energia social na forma de trabalho reificado ou trabalho vivo.*”⁹ É a partir desta concepção que o autor sugere a ideia de «tempo de trabalho» como um equivalente universal¹⁰, sendo este adiantado como conceito fundamental para uma «teoria do capital».

A noção de «capital» é, pois, veiculada por Bourdieu, sob a forma de um recurso que representa riqueza, uma «energia social», um poder, sendo apresentada sob um modelo multiforme: “*Estes poderes sociais fundamentais são, de acordo com as minhas investigações empíricas, primeiramente o capital económico, nos seus vários géneros; em segundo o capital cultural ou melhor o capital informacional, de novo nos seus diferentes géneros; e em terceiro duas formas de capital que estão muito fortemente correlacionadas, o capital social, que consiste em recursos baseados em relacionamentos e associação a grupos, e o capital simbólico, que é a forma que os diferentes tipos de capital tomam quando são percebidos e reconhecidos como legítimos.*”¹¹

Para além desta multiformidade, o autor ressalta ainda a ideia de que as diferentes formas de capital são transmutáveis, convertíveis entre si, reconvertibilidade esta que não é igual para os diversos capitais mas sim diferencial. As assimetrias na reconversão entre capitais estariam, por exemplo, na origem da predominância social de certas formas de capital sobre outras. Volume, estrutura e trajectórias dos diversos tipos de capital seriam, então, elementos decisivos a ter em conta na análise que respeita à identificação de actores sociais relevantes bem como na configuração dos seus *habitus* e das suas práticas.

As várias formas de capital podem, ainda - caso do capital informacional - existir sob diferentes estados: incorporado, objectivado e institucionalizado¹².

A noção de capital em Pierre Bourdieu denota, pois, especificidades e uma abrangência que, apesar das aparentes semelhanças iniciais, a distinguem tanto da interpretação estritamente económica (racionalista e monetarista), como da que lhe é dada por Karl Marx, autor em que tal noção é essencialmente devedora de uma perspectiva relacional, designando antes de mais um dos pólos (face ao trabalho assalariado) nas relações de produção capitalista. A conceptualização de Bourdieu revela-se, aliás, bastante mais próxima do pensamento de Max Weber, quer pela multiformidade que lhe é atribuída, quer pela avaliação do capital enquanto tempo ou quantidade de trabalho¹³. De referir, entretanto, a ausência de uma forma de capital que retrate explicitamente os recursos políticos em sentido estrito¹⁴; tal facto ficará, possivelmente, a dever-se a Pierre Bourdieu a considerar subsumida nas restantes, já que, na sua perspectiva, capital é, já em si mesmo, poder. A noção de capital económico, enfim, é tratada de um modo relativamente indiferenciado, o que a fragiliza teoricamente e em termos de operacionalização¹⁵.

Por outro lado, a noção de «capital» em P. Bourdieu sobreleva a ideia mais corrente de «recurso». Soma-lhe uma conotação de positividade,

ainda que atenuada, e elabora-a enquanto investimento estratégico, (ainda que «investimento» e «estratégia», aqui, relevem menos da esfera consciente e da racionalidade do que do inconsciente), tudo isto no sentido da obtenção de uma «mais-valia social»: *“Não é verdade dizer-se que tudo o que as pessoas fazem ou dizem tenha como objectivo a maximização do seu lucro social; mas pode dizer-se que o fazem para perpetuar ou aumentar o seu ser social.”*¹⁶

Esta postura de defesa de uma tal positividade (ou seja, de uma atitude implícita e espontânea de «conquista») inerente às práticas sociais é, no mínimo, discutível, dada alguma evidência empírica que desvela, não raras vezes, um sentido bem menos agressivo e por vezes até negativo no plano das relações sociais (como é, por exemplo, o caso da inelutabilidade com que, muitas vezes, a pobreza é assumida pelos que a vivenciam).

Uma distinção como a realizada por Erik Olín Wright e Kwang Yeong Shin entre «recursos activos» e «recursos latentes»¹⁷, referidos à implicação diferencial dos recursos na participação dos actores na produção, contribui para criar neste âmbito uma maior clareza e para problematizar mais aprofundadamente esta questão.

Quanto à concepção multiforme do capital, se esta se demonstra enriquecedora em termos analíticos, essa multiformidade não é depois suficientemente organizada internamente por Bourdieu de molde a permitir uma operatividade e um teste sistemático. Se o autor parece considerar o capital económico como a mais eficiente forma de recurso e poder no âmbito das sociedades capitalistas, dada a sua maior capacidade de reconversão e transmissibilidade geracional (ou seja, a sua maior reconvertibilidade intra e intergeracional) face aos restantes tipos de capital, ele apõe que a legitimação desta forma de capital só é conseguida através da mediação simbólica que confere «essência» à posição social - a desigualdade e dominação tão só fundamentadas no capital económico seriam socialmente tomadas como uma arbitrariedade. A consideração da imanência deste «imperativo categórico» social obriga a uma relativização e minimização da relevância teórica desta forma de capital, sobretudo face ao capital cultural e implica tomar em devida conta uma forte interrelação entre ambos, atentando para esta solubilidade do capital económico no capital cultural - realizada socialmente - como um princípio fundamental a ter em conta em termos teóricos e analíticos. Este princípio, de resto, constitui o cerne da nobreza da conceptualização do *habitus*, construção essencialmente baseada no capital cultural e informacional enquanto propriedade incorporada dos actores sociais.

É a sua profunda associação objectiva ao capital económico, mas sobretudo a relevância social do capital cultural, e a pregnância e dura-

bilidade deste último sob a forma incorporada de disposições nos actores, que explicariam, em larga medida, a forte «hereditariedade» das posições sociais e a reprodução social, sublinhadas recorrentemente por Pierre Bourdieu ao longo de grande parte da sua obra.

Segundo este autor, os diferentes capitais, entretanto, não são adquiridos, desenvolvidos ou legitimados aleatoriamente, senão no âmbito de determinadas condições e conjuntos institucionais onde se travam as lutas pela manutenção e apropriação das mais-valias socialmente em jogo. Aqui radica a noção de «campo»: *“A estrutura de um campo é um estado de relações de força entre agentes e instituições envolvidos numa luta, ou, se se preferir, é uma distribuição do capital específico a qual, acumulada no curso de anteriores lutas, orienta estratégias futuras”*¹⁸. Estes campos são, afinal, áreas de actividade social, entendidas enquanto espaços de luta nos quais os agentes procuram melhorar a sua posição através da apropriação e acumulação de determinados tipos de capital e da própria definição das regras e da lógica de acção em cada campo.

A adequação de formas de capital a campos distintos, entretanto, está longe de ser absoluta ou exclusiva - as mais-valias sociais referidas a capitais distintos são transferíveis de um campo para outro.

Pierre Bourdieu pretende, assim, dar conta da multidimensionalidade das posições sociais, multidimensionalidade esta associada à multiformidade dos capitais e à diversidade de meios institucionais - de campos - em que tais capitais estão em jogo.

Apesar da proximidade dos campos susceptíveis de análise em termos empíricos e da variedade dos critérios através dos quais estes podem ser definidos (campo da produção e campo do consumo, campo político e campo económico, campo das lutas de classe, campo da classe dominante, etc.), Bourdieu evidencia a existência de homologias entre as posições relativas dos agentes e suas funções em campos distintos, e mesmo de homologias entre campos (caso dos campos da produção e do consumo, por exemplo), facto que reflecte uma constituição estrutural similar nos diferentes campos, e que permite a este autor pensar em leis funcionais invariantes e, também, numa «teoria geral dos campos».

Se é possível deduzir-se do discurso e de algum trabalho empírico de Pierre Bourdieu que cada campo tem uma autonomia relativa face aos restantes, mas também que a diversidade dos campos deve ser entendida como inscrita no campo mais global das relações de classe, uma vez mais, porém, não é concretizada uma formalização mínima de uma hipotética organização dos diversos campos que possibilite uma operacionalização pertinente e produtiva a qual, por sua vez, proporcione um desenvolvimento teórico, conceptual e metodológico mais sustentado.

Como se pode, ainda, observar, para este autor o poder não é um recurso eventual mas antes um exercício invariável da parte dos actores sociais, exercício esse constituinte dos diversos campos, donde a distribuição diferencial de capital estar associada a uma forma de dominação, decorrente de um estado conjuntural das relações de poder e das estratégias enformadoras desse mesmo campo. *“O habitus é a fonte desta série de movimentos que são objectivamente organizados como estratégias sem ser o produto de uma intenção estratégica genuína - o que pressuporia pelo menos que elas são percebidas como uma estratégia entre outras estratégias possíveis.”*¹⁹

Os *habitus* dos actores e os campos em que estes exercem a sua actividade tendem, assim, a condicionar-se mutuamente, ainda que com base numa relação desigual: *“...o campo estrutura o habitus que é o produto da incorporação da necessidade imanente deste campo ou de um conjunto de campos mais ou menos concordantes - podendo as discordâncias estar no princípio de habitus divididos, até mesmo despedaçados. Mas é também uma relação de conhecimento ou de construção cognitiva: o habitus contribui para constituir o campo como mundo significante, dotado de sentido e de valor, no qual vale a pena investir a sua energia. (...) a relação de conhecimento depende da relação de condicionamento que a precede e que enforma as estruturas do habitus.”*²⁰

As sociedades são, pois, estruturadas pela distribuição diferencial de capital, capital esse que os agentes individuais ou colectivos tendem a maximizar (maximização que não é nem ilimitada nem aleatória, já que não persegue senão as possibilidades e vantagens virtuais relativas implícitas no seu *habitus*), a partir da suas posições nos diferentes campos em que desenvolvem a sua actividade social e projectam as suas estratégias; *“... o ser - isto é, a história - existe no estado incorporado como habitus e no estado objectivado enquanto campos”*²¹, e *“o objecto próprio da ciência social não é nem o indivíduo... nem os grupos... mas a relação entre duas realizações da acção histórica. A saber, a dupla relação obscura entre os habitus... que resultam da institucionalização do social nos corpos (ou nos indivíduos biológicos), e os campos, sistemas de relações objectivas que são o produto da instituição do social nas coisas ou nos mecanismos que têm a quase-realidade dos objectos físicos; e, evidentemente, tudo o que surge desta relação, isto é as práticas e as representações sociais ou os campos quando eles se apresentam sob a forma de realidades apercebidas e apreciadas”*²².

Este ensaio de resumo da teoria da prática encontra reflexo numa fórmula telegráfica de P. Bourdieu, que congrega, ainda que de uma maneira filtrada e simplificada (e também simplista, como inevitavelmen-

te todas as fórmulas), a sua proposta: [(*habitus*) (capital) + campo = prática]²³. Como é evidente, não deve ser entendida como uma receita apriorística na explicação sociológica. As virtualidades de um tal modelo cingem-se, antes, às suas virtudes de referencial e de acompanhamento heurístico. A equação parece sublinhar, acima de tudo, a explicabilidade das práticas sociais em função não apenas dos *habitus* e dos volumes, estruturas e trajectórias de capital dos actores mas também do campo específico em que aquelas práticas são desenvolvidas, bem como da eficácia dos *habitus* e dos capitais nesse mesmo campo. Ou seja, que as práticas concretizadas por determinados actores sociais têm realizações específicas que dependem do campo em que são concretizadas; mas, em última análise, e determinantemente, elas variam sobretudo com o *habitus* e o capital desses actores, bem como com a aplicabilidade desse capital ao campo particular em que a prática é desenvolvida.

Terminada esta incursão, necessariamente sintética e dirigida, ao conteúdo da teoria da prática e de uma sua crítica parcial, importa agora situar esta perspectiva no seu contexto histórico, social e teórico, com vista a uma avaliação genérica mais consistente.

Contextualização da obra de Pierre Bourdieu

O pensamento de Pierre Bourdieu, na sua fase de estudante e de início de carreira, desenvolveu-se numa conjuntura europeia de forte tensão política e de conflitos sociais, num período «quente» da «guerra fria» entre dois pólos político-militares, que se traduziu numa verdadeira revolução política durante os anos '60 (que não teve efeitos imediatos notáveis em termos objectivos e nas instituições, e por isso menos aparatosa do que algumas sensibilidades poderiam esperar, porque se tratou de uma mudança quase estritamente cultural, mas nem por isso menos efectiva²⁴, e) que extravasou o continente europeu, mas que assumiu um significado particular - e um símbolo - nos confrontos do mês de Maio de 1968, em França. Conjuntura essa caracterizada, ainda, pela ferosidade dos debates ideológicos e por uma particular envolvência entre intervenção política e cívica, e produção intelectual, de que iriam resultar projectos de acção e sistemas de pensamento que, sem deixar de pugnar por objectivos democráticos fundamentais, denunciavam os excessos a que o centralismo de Estado tinha levado e cultivavam antídotos para esses excessos, bem como novas orientações.

A elaboração da teoria da prática radical, decerto, nesta vivência.

Mais directamente, em termos paradigmáticos, implica uma postura epistemológica através da qual Pierre Bourdieu irá demarcar-se das

perspectivas representadas quer pelo estruturalismo de Claude Lévi-Strauss ou de Louis Althusser, quer pelo humanismo existencialista de Jean-Paul Sartre, e, em geral, recusando toda a filosofia pós-cartesiana essencialmente construída sobre dualismos.

Formado em antropologia numa época preeminente do estruturalismo, Bourdieu trabalhou, depois, em colaboração com Erving Goffman, o que indiciava já algum afastamento face àquela corrente e permite entrever antecedentes de algumas das suas preocupações teóricas e temáticas subseqüentes, como é o caso da centralidade da problemática do actor social.

Em particular, os fundamentos da praxeologia ficar-se-ão ainda a dever, em muito, à crítica que Bourdieu faz aos pressupostos de Ferdinand de Saussure no que respeita, principalmente, à oposição defendida por este autor, no âmbito de uma teoria da linguagem, entre «cultura» e «língua», por um lado e «prática» e «palavra», por outro, crítica que abre caminho a uma conceptualização de «prática cultural» ou, melhor, de «cultura prática», verdadeira trave-mestra da aposta teórica de Pierre Bourdieu.

Em termos, agora, positivos, pode constatar-se que a obra de Pierre Bourdieu, que partilha com Martin Heidegger, Ludwig Wittgenstein, Maurice Merleau-Ponty e mesmo John Dewey a rejeição pelo intelectualismo filosófico, irá enquadrar-se, basicamente, no racionalismo aplicado de Gaston Bachelard e na corrente que ficou denominada como «pós-estruturalismo», onde despontam autores como Michel Foucault, Jacques Derrida e Gilles Deleuze.

Subscrevendo, com Gaston Bachelard, o princípio epistemológico do primado da teoria, numa denegação frontal do empiricismo, Bourdieu não deixa de encarar esta função de comando da teoria com a circunspecção que a sua reprovação do idealismo intelectualista exige. O autor, assumindo a imbricação profunda do conhecimento nas relações de poder (acentuada por Friedrich Nietzsche e de algum modo consagrada na noção de «saber-poder» em Foucault), vai prosseguir uma prática da «teoria como instrumento»: *“A teoria como caixa de ferramentas quer dizer: a) que se trata de construir não um sistema mas um instrumento; uma lógica própria às relações de poder e às lutas que se comprometem em redor delas; b) que esta procura não pode fazer-se senão pouco a pouco, a partir de uma reflexão (necessariamente histórica, em algumas das suas dimensões) sobre determinadas situações”*²⁵. Assumir a teoria como caixa de ferramentas significa, então, para Bourdieu, abolir a «teoria teorética» (a teoria a que subjaz, essencialmente, a preocupação com o seu aperfeiçoamento em termos de formalização interna) e (re)activar a produção teórica enquanto prática social - e mais - enquanto prática efectivamente estratégica.

Prática teórica, teoricismo e desenvolvimento da teoria

Todas as produções teóricas são práticas sociais; a «teoria da prática» não é, obviamente, diferente no que a isto diz respeito. Elementos dispersos concorrem, todavia, para reforçar e requalificar aqui esta feição, e dar um corpo singular à obra de Pierre Bourdieu, permitindo-nos observar uma convergência inédita para uma postura que acentua deliberada e refletidamente o aspecto prático e, sobretudo, de estratégia, presentes na produção intelectual e científica.

Remexendo nos títulos de alguns dos seus textos fundadores (é aí que esta posição mostra maior vivacidade), constata-se que Bourdieu procede teoricamente muito ao nível do esboço - *Esquisse* («esboço») *d'une théorie de la pratique* - aponta o seu objecto em termos de veras apologéticos - *Le sens pratique* - e releva de um modo premente a dimensão prática da produção sociológica - *Le métier de sociologue*. Também na revista que criou, em 1975, intitulada *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, que constitui um acervo assinalável do seu trabalho e de muitos dos seus colaboradores, o termo «actes» tanto pode ser interpretado como «actas» ou como «actos».

No plano da construção teórica, é notável como as noções fundamentais de *habitus*, e, principalmente as de campo e capital, tais como foram atrás apresentadas, denotam uma forte interdependência a partir de uma predisposição teórica que concede centralidade à omnipresença das relações de poder e à exacerbação do aspecto estratégico e de conquista nas práticas sociais.

Neste pequeno périplo pela sua obra, constata-se, pois, uma insistência nessa dimensão essencialmente prática e estratégica do trabalho intelectual (trabalho intelectual este que, no caso deste autor, parece ser “... *mais vivido que conceptualizado, mais manipulado que manifestado*”²⁶) insistência essa através da qual Pierre Bourdieu demonstra a sua intenção de “... *marcar a ruptura com a filosofia intelectualista (e intelectualocêntrica) da acção*”²⁷, posição cujos propósitos e justificações não pretendemos ajuizar aqui, por não ser o momento adequado, mas que nos interessa focar com vista à avaliação de alguns dos seus efeitos, sobretudo de ordem analítica e metodológica.

Esta acentuação do aspecto mais prático da produção teórica - no seguimento de uma tradição do pensamento francês de menor formalização (por relação ao anglo-saxónico, por exemplo) - ao que acresce uma prestação pessoal de P. Bourdieu eventualmente mais sintética que analítica²⁸, estará na origem de um possível défice de organização e sistematização da teoria da prática, ainda que parcial, a qual parece carecer de uma elaboração que a sua já significativa longevidade, manipulação e divulgação fariam

supôr e que se mantém, ainda, muito próxima do esboço («*esquisse...*») ao cabo de 20 anos passados.

Se esta falta não é propriamente apreensível no que toca aos pólos especificamente epistemológico e teórico, ou mesmo no plano conceptual (e ainda no trabalho empírico realizado), já o mesmo não se pode afirmar ao nível das suas articulações. Alguns problemas relativos à consistência da obra de Bourdieu poderão mesmo ficar a dever-se a descontinuidades entre a sua postura epistemológica e a sua produção teórica, tal como afirma António Firmino da Costa. Aí poderão ter origem alguns dos impasses relativamente aos procedimentos metodológicos de operacionalização e de teste, o que está patente nas anteriormente observadas irresoluções analíticas a respeito das noções de capital, campo e *habitus*.

Pierre Bourdieu reflecte (estrategicamente!) sobre os equívocos da centralidade concedida à reflexão estratégica enquanto fundamento da acção, não deixando, nunca, margem alguma entre a rejeição do intelectualismo e o menosprezo da reflexão: a «teoria da prática» exhibe-se como **uma prática reflectida para ser uma irreflexão prática**.

Não se trata necessariamente de um paradoxo.

Alguns dos contornos aparentemente mais obsessivos desta perspectiva ameaçam, no entanto, transformar-se numa perversão. Parecendo evitar sistematicamente um aprofundamento dos processos metodológicos associados à elaboração conceptual, Bourdieu suspende a discutibilidade do seu trabalho (e, portanto, a evolução teórica), avizinhandose de um filosofismo que quer rejeitar e negando à teoria as potencialidades instrumentais e produtivas que, noutro lado, tão bem reclama.

Ostenta-se o «discurso» enquanto «acto» para depois se depreciar o desenvolvimento teórico - debilitando-se, assim, o seu alcance prático.

Criticar tal atitude promovendo a elaboração teórica não implica recair no teorismo pela via intelectualista. Pode pretender-se potenciar o aspecto prático do desenvolvimento da teoria.

Como enfrentar os problemas decorrentes desta perspectiva, essa é outra questão, decisiva e a merecer discussão.

Notas

1. Outros desenvolvimentos deste trabalho podem consultar-se em José Luís Casanova, *Posições e disposições - trajectórias sociais e recomposição do habitus*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Dissertação de Mestrado, 1993.
2. Vd. Pierre Bourdieu, *Esquisse d'une théorie de la pratique - précédé de trois études d'ethnologie kabyle*, Genève, Librairie Droz, 1972.
3. Vd. citação de Pierre Bourdieu em Renato Ortiz (org.), *Pierre Bourdieu*, São Paulo, Editora Ática, 1983, p. 60.

4. Vd. Pierre Bourdieu, *Esquisse d'une théorie de la pratique - précédé de trois études d'ethnologie kabyle*, op. cit., p. 170.
5. A *disposição* subjacente a esta proposta parece ser encorajada por modelos educacionais franceses, através de uma técnica ilustrada numa descrição de Claude Lévi-Strauss (corroborada pelo próprio Pierre Bourdieu): "I began to learn how any problem, whether grave or trivial, can be resolved. The method never varies. First you establish the traditional "two views" of the question. You then put forward a commonsense justification of the one, only to refute it by the other. Finally you send them both packing by the use of a third interpretation, in which both the others are shown to be equally unsatisfactory. Certain verbal manoeuvres enable you... to line up the traditional "antitheses" as complementary aspects of a single reality: form and substance, content and container, appearance and reality, essence and existence, continuity and discontinuity" - Claude Lévi Strauss citado em Michael F. D. Young (ed.), "Systems of education and systems of thought", em *Knowledge and control*, London, Collier-Macmillan, 1971, p. 189.
6. Vd. citação de Pierre Bourdieu em Renato Ortiz (org.), *Pierre Bourdieu*, op. cit., 1983, p. 47.
7. Esta noção irá ser desenvolvida em José Luís Casanova, "Uma avaliação conceptual do *habitus*", *Sociologia - Problemas e Práticas* (a publicar).
8. Vd. Pierre Bourdieu, *Esquisse d'une théorie de la pratique - précédé de trois études d'ethnologie kabyle*, op. cit., p. 175.
9. Cf. citação de Pierre Bourdieu em Craig Calhoun, "*Habitus*, field and capital: the question of historical specificity", em Craig Calhoun, Edward LiPuma, Moishe Postone, *Bourdieu - critical perspectives*, Cambridge, Polity Press, 1993, p. 67.
10. *Ibidem*.
11. *Ibid.*, p. 69 - 70.
12. Vd. Pierre Bourdieu (com Loïc J. D. Wacquant), *Réponses - pour une anthropologie réflexive*, Paris, Éditions du Seuil, 1992, p. 95.
13. Para um confronto entre a noção de "capital" em Pierre Bourdieu e as perspectivas de Karl Marx e Max Weber ver, por exemplo, Craig Calhoun, "*Habitus*, field and capital: the question of historical specificity", em Craig Calhoun, Edward LiPuma, Moishe Postone, *Bourdieu - critical perspectives*, op. cit., pp. 61 - 88, e João Ferreira de Almeida, "Alguns problemas de teoria das classes sociais", *Análise Social*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, vol. XVII (66), 1981 - 2º, pp. 231 - 251.
14. Ver João Ferreira de Almeida, "Alguns problemas de teoria das classes sociais", op. cit. Pierre Bourdieu, refere, de passagem, o que pode constituir um embrião desta noção em "La représentation politique. Éléments pour une théorie du champ politique", em *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, Les Éditions de Minuit, nº 36/37, 1981, pp. 3 - 24, e em *Réponses - pour une anthropologie réflexive*, op. cit., p. 95.
15. Ver João Ferreira de Almeida, "Alguns problemas de teoria das classes sociais", op. cit.
16. Vd. Pierre Bourdieu, "Concluding remarks: for a sociogenetic understanding of intellectual works", em Craig Calhoun, Edward LiPuma, Moishe Postone, *Bourdieu - critical perspectives*, op. cit., p. 274.
17. Vd. Erik Olin Wright, Kwang Yeong Shin, "Temporality and class analysis: a comparative study of the effects of class trajectory and class structure on class consciousness in Sweden and the United States", em *Sociological Theory*, vol. 6, nº 1, 1992, p. 63.

18. Cf. citação de Pierre Bourdieu em Craig Calhoun, “*Habitus, field and capital: the question of historical specificity*”, em Craig Calhoun, Edward LiPuma, Moishe Postone, *Bourdieu - critical perspectives*, op. cit., p. 86.
19. *Ibid.*, p. 74.
20. Vd. Pierre Bourdieu (com Loïc J. D. Wacquant), *Réponses - pour une anthropologie réflexive*, op. cit., p. 102 - 103.
21. Vd. Pierre Bourdieu, “Concluding remarks: for a sociogenetic understanding of intellectual works”, em Craig Calhoun, Edward LiPuma, Moishe Postone, *Bourdieu - critical perspectives*, op. cit., p.273.
22. Vd. Pierre Bourdieu (com Loïc J. D. Wacquant), *Réponses - pour une anthropologie réflexive*, op. cit., p. 102.
23. Vd. Pierre Bourdieu, *La distinction*, Paris. Les Éditions de Minuit. 1979, p. 112.
24. O aparente desencanto de muitos dos seus protagonistas no que se refere à concretização dos objectivos envolvidos só não é surpreendente para quem considere irrelevante o papel das transformações de índole cultural na condução da mudança das instituições.
25. Michel Foucault citado em Miguel Morey, *Lectura de Foucault*, Madrid. Ediciones Taurus, 1983, p.9.
26. Esta citação de Pierre Bourdieu, “O sentimento da honra na sociedade Cabília”, em J. G. Peristiany, *Honra e vergonha: valores das sociedades mediterrânicas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, s/d, p. 187, refere-se, objectivamente, ao sentimento da honra naquela sociedade, constituindo, igualmente, uma boa ilustração do funcionamento do *habitus* e, também, do *habitus* sociológico de Bourdieu.
27. Cf. Pierre Bourdieu (com Loïc J. D. Wacquant), *Réponses - pour une anthropologie réflexive*, op. cit., p.96.
28. Vd. Paulo Monteiro, “Os usos das artes na era da diferenciação social: críticas e alternativas a Pierre Bourdieu”, em *Revista de Comunicação e Linguagens*, nº 12 - 13, 1991, pp. 117 - 141.